

Álvaro Rodrigues Junior

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E LIBERDADE DE INFORMAÇÃO

Limites e Formas de Controle

**2ª Edição
Revista e Atualizada**

Curitiba
Juruá Editora
2023

Visite nossos *sites* na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: *editora@jurua.com.br*

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-65-263-0261-3



Brasil – R. Flávio Dallegrave, 7.665 – São Lourenço – Fone: (41) 4009-3900 – CEP: 82.210-310 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 – Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: Luiz Augusto de Oliveira Junior

Rodrigues Junior, Álvaro.

R696 Liberdade de expressão e liberdade de informação:
limites e formas de controle./ Álvaro Rodrigues Junior./
2ª edição./ Curitiba: Juruá, 2023.
206p.

1. Liberdade de expressão. 2. Liberdade de informação. 3. Direito. I. Título.

CDD 344.05(22.ed)
CDU 342.727

00049

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO	11
METODOLOGIA E SEQUÊNCIA DE ESTUDO	15
 Capítulo I – O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA COMO BASE FUNDAMENTAL E ESTRUTURANTE DE TODO O DIREITO	 19
1.1 ESCORÇO HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	19
1.1.1 Preliminares	19
1.1.2 Direitos Fundamentais na Antiguidade	19
1.1.3 Direitos Fundamentais na Idade Média	20
1.1.4 A Necessidade do Estado Absoluto	22
1.1.5 A Quebra da Unidade Religiosa e o Surgimento do Estado Liberal	23
1.1.6 Os Modelos de Constitucionalismo	24
1.1.7 A Positivização dos Direitos	26
1.1.8 A Passagem para o Estado de Direito Social	29
1.1.9 A “Internacionalização” dos Direitos e a Importância da Declaração Universal dos Direitos do Homem	30
1.2 A “BANALIZAÇÃO” DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	31
1.2.1 Da Extensão Ilimitada dos Direitos Fundamentais	31
1.2.2 Da Necessidade de Critério de Interesse ou Carência	33
1.3 O PRINCÍPIO SUPRACONSTITUCIONAL DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	34
1.3.1 Desnecessidade de Conceito Axiológico Formal	34
1.3.2 Conceito de “Pessoa Humana”: a Transcendência do Homem	36
1.3.3 Desnecessidade de Reconhecimento Formal do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana nos Ordenamentos Jurídicos	38

Capítulo II – OS DIREITOS À LIBERDADE DE EXPRESSÃO E À LIBERDADE DE INFORMAÇÃO.....	43
2.1 LIBERDADE DE EXPRESSÃO	43
2.1.1 Preliminares	43
2.1.2 Distinção entre Liberdade de Pensamento e Liberdade de Expressão	44
2.1.3 Alcance e Conceito da Liberdade de Expressão.....	47
2.2 LIBERDADE DE INFORMAÇÃO	48
2.2.1 Distinção entre Liberdade de Opinião, Liberdade de Expressão e Liberdade de Informação	48
2.3 FUNDAMENTOS DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO	52
2.3.1 Preliminares	52
2.3.2 Busca da Verdade	53
2.3.3 Instrumento para o Processo Democrático	54
2.3.4 A Realização Pessoal do Indivíduo	55
2.4 O QUE SE PROTEGE?.....	56
2.4.1 Preliminares	56
2.4.2 Discurso Político	56
2.4.3 Discurso Religioso	57
2.4.4 Discurso Acadêmico	57
2.4.5 Discurso Publicitário.....	58
Capítulo III – OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E A DEMOCRACIA	59
3.1 A IMPORTÂNCIA E A FUNÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL NA DEMOCRACIA.....	59
3.1.1 Preliminares	59
3.1.2 A Luta contra a Censura.....	59
3.1.3 A Importância Política dos Meios de Comunicação Social.....	61
3.1.4 A Função Social dos Meios de Comunicação Social	63
Capítulo IV – AS LIMITAÇÕES AOS DIREITOS À LIBERDADE DE EXPRESSÃO E À LIBERDADE DE INFORMAÇÃO	67
4.1 O CONFLITO DE DIREITOS E A NECESSIDADE DE IMPOR LIMITES	67
4.1.1 Preliminares	67
4.1.2 Categorias dos Limites.....	70
4.2 LIMITAÇÕES ABSOLUTAS	72
4.2.1 Respeito à Vida.....	72

4.2.2	Respeito à Dignidade da Pessoa Humana	76
4.2.2.1	Prevalência absoluta do princípio da dignidade da pessoa humana	76
4.3	LIMITAÇÕES RELATIVAS.....	80
4.3.1	Preliminares	80
4.3.2	O Respeito à Intimidade da Vida Privada e Familiar	82
4.3.2.1	Conceito de intimidade.....	82
4.3.2.2	Vida privada e vida pública.....	86
4.3.2.2.1	Pessoas que exercem uma atividade pública e se beneficiam dessa notoriedade.....	87
4.3.2.2.2	Pessoas sujeitas a inquérito policial e/ou processo judicial	89
4.3.2.2.3	Titulares de cargos políticos	95
4.3.2.3	A intimidade da pessoa jurídica	97
4.3.3	O Respeito à Honra.....	99
4.3.3.1	Conceito de honra	99
4.3.3.2	Titulares do direito à honra	101
4.3.3.3	Conflitos da honra com a liberdade de expressão e informação	103
4.3.3.3.1	Limites internos do direito de informação: interesse social e veracidade.....	103
4.3.3.3.2	Direito de crítica.....	112
4.3.4	Respeito à Imagem	116
4.3.4.1	Conceito de direito à imagem.....	116
4.3.4.2	Restrições ao direito à imagem	120
4.3.4.3	Gravação de imagens por câmaras de circuito fechado	124
4.3.5	A Proteção da Segurança Nacional	125
4.3.5.1	A segurança nacional e a necessidade de publicidade dos atos dos poderes públicos.....	125
4.3.5.2	Segurança nacional e Comissão Parlamentar de Inquérito ..	128
4.3.6	A Proteção da Moral Pública	130

Capítulo V – FORMAS DE CONTROLE DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL..... 135

5.1	JUSTIFICATIVAS PARA O CONTROLE DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	135
5.1.1	As Razões da Necessidade de Controle Efetivo.....	135
5.1.1.1	Garantia de pluralidade de ideias	137
5.1.1.2	Garantia de qualidade da programação	142

5.2	FORMAS LEGÍTIMAS DE CONTROLE DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	144
5.2.1	Controle Administrativo	144
5.2.2	Controle Judicial	148
5.2.2.1	Preliminares.....	148
5.2.2.2	Ineficiência da responsabilidade penal	149
5.2.2.3	Tutela preventiva.....	151
5.2.2.4	Tutela reparatoria	157
5.2.2.4.1	Publicação da retratação do ofensor.....	158
5.2.2.4.2	Direito de resposta	159
5.2.2.4.3	Publicação da sentença condenatória	164
5.2.2.4.4	Indenização pelos danos patrimoniais.....	165
5.2.2.4.5	Indenização pelos danos não patrimoniais	168
5.2.2.4.6	Indenização pelo lucro da intervenção	172
5.2.2.5	O controle da qualidade da programação mediante ação civil pública, no Brasil, e da ação popular, em Portugal ...	174
	CONCLUSÃO	179
	REFERÊNCIAS	187
	ÍNDICE REMISSIVO	193